RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Rist, Ray C. et alii Earning and learning; youth employment policies and programs. Beverly Hills, Califórnia, Sage, 1981.

Candido A. C. Gomes

A obra de Rist e colaboradores aborda um fenômeno da maior importância no mundo de hoje: a transição da escola para o trabalho. O estudo visou avaliar e subsidiar a reelaboração de políticas públicas voltadas para o agudo problema do desemprego juvenil. O Ministério do Trabalho dos EUA apresentou três questões básicas: 1) Que abordagens e procedimentos podem ser usados para envolver o setor privado nos esforços de treinamento e emprego? 2) Em que medida os programas estão integrados em nível local? 3) Como os programas dirigidos à juventude podem ser mais bem integrados para aperfeiçoar sua administração e oferecer melhores serviços?

Tendo em vista essas questões, a pesquisa buscou explicar os padrões, formas, incentivos, e conseqüências de estabelecer relações interinstitucionais. Interessou-lhe, sobretudo, saber se e como as relações eram mantidas e quais as conseqüências destas relações para os programas em foco.

Em face desses desafios, os autores buscaram seu referencial teórico na sociologia das organizações, campo por excelência para estudo do tema. Foram então escolhidas várias experiências através do país, correspondentes a diversas abordagens neste campo da política social. Mencionemos, a título de exemplo, uma escola alternativa que desenvolvia habilidades acadêmicas básicas, aulas de orientação para o trabalho e sondagem vocacional. Empregadores públicos e privados eram utilizados para a fase de experiência no trabalho. Ademais, voluntários faziam o papel de orientadores dos alunos. Outro projeto, localizado numa escola pública, combinava a preparação para o trabalho em sala de aula com a colocação de jovens, para experiência, no setor público. A maioria dos alunos recebia salários e créditos acadêmicos pela participação.

A metodologia fugiu às tradicionais avaliações quantitativas. Os autores adotaram técnicas de pesquisa etnográfica adaptadas às situações a serem estudadas em campo. Como não era possível esperar que os eventos surgissem, como nos estudos tradicionais, os investigadores contaram com documentos que definiam as áreas de interesse. A estratégia básica de coleta de dados consistiu na triangulação de fontes de dados, ou seja, combinaram-se simultaneamente análise documental, entrevistas, participação direta e observação extensiva das várias facetas dos projetos locais. O grau de estruturação das entrevistas, em vez de ser uniforme, era adequado à ex-

tensão e intimidade do relacionamento entrevistado-entrevistador. Os pesquisadores eram, quase sem exceção, pessoas familiares à comunidade e não elementos de fora, que se introduziriam no campo de maneira periférica.

Com base nesta metodologia, o estudo chegou a conclusões de grande interesse. Entre as mais gerais, destacam-se: 1) as relações se estabelecem entre instituições que possuem características comparáveis; 2) quanto maior o número de organizações envolvidas, maior a quantidade de tempo investida na manutenção das relações entre elas; 3) há um pouco de retorno decrescente para os projetos que envolvem mais uma organização; 4) por fim, as relações são amplamente facilitadas quando há reciprocidade de benefícios e atendimento de interesses das instituições envolvidas. Esta constatação não se aplica só ao setor privado, mas aos vários tipos de organizações.

Como se vê, a obra tem uma abordagem conseqüente. Elegeu uma fundamentação teórica adequada e utilizou metodologia bem planejada, constituindo um exemplo de aplicação de métodos qualitativos em avaliação. Os autores se colocam entre aqueles que observam, descrevem e interpretam, em vez de mensurarem e predizerem. Isso não significa — é óbvio — que neguemos o alto valor dos métodos quantitativos em ciências sociais. Fazê-lo seria um luxo — ou, mais que isto, desperdício — uma vez que o conhecimento da realidade social é escasso e não se devem fechar portas que lhe dêem acesso.

Que reflexões poderíamos extrair dessa obra para o Brasil? À primeira vista, Rist e colaboradores tratam de um país distante, com problemas diferentes dos nossos. Em ciência, todavia, não é aconselhável recair nos extremos: nem renegar a produção estrangeira como um todo, nem engolir — sem digestão — o conhecimento gerado em outra circunstância histórico-social. Assim, cabe indagar prudentemente: o que transcende a realidade dos EUA e pode servir de elemento de reflexão para nós?

No Brasil parte considerável da população ingressa cedo na força de trabalho, sem tempo sequer para completar o ensino fundamental. Ademais, apesar da recessão econômica, não se pode falar em desemprego juvenil nos termos dos EUA ou da Europa Ocidental. A própria transição da escola para o trabalho abrange o grupo mais privilegiado, que consegue sobreviver à repetência e evasão escolares. Por isto, é mais apropriado falar do ingresso da população na força de trabalho. Entretanto, a referida transição da escola para o trabalho já constitui um tema de ação entre nós. Têm sido implantadas políticas que visam à integração escola-empresa e se tem investido nisso. Surge, também, uma preocupação com o primeiro emprego. É claro que tais políticas merecem profundo exame, que analise, entre outros aspectos, a distribuição dos seus benefícios. Desse modo, cabe repetir a pergunta: em que o trabalho de Rist e colaboradores aproveita ao Brasil?

Em primeiro lugar, ele tem uma metodologia inovadora em avaliação, aplicada, entre outros, por um grande mestre. Muito temos ainda a aprender neste campo. A pesquisa do chamado mercado de trabalho, por exemplo, se defronta com limites incômodos quando se baseia exclusivamente em métodos quantitativos. À medida que penetramos na complexidade dos fenômenos e nos deparamos com áreas como o setor informal, nos damos conta de que parte da "realidade" escapa como pequenos peixes por entre as malhas largas da rede do pesquisador. Assim, os métodos qualitativos se impõem como meio para iluminar tais aspectos.

Depois, há uma fundamentação teórica que deve ser levada em conta quando se traçam políticas que envolvem relações entre organizações. A chamada sociologia organizacional apresenta hoje interessantes contribuições para compreender não só os processos internos das organizações, como também a sua inserção no contexto social mais amplo. Suas diferentes linhas – algumas mais que outras – oferecem subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas. Trata-se de aporte relativamente novo, que anda sobre areia movediça, mas que integra o conhecimento atual sobre o assunto. Parte do que os autores constataram pode ajudar-nos a refletir melhor sobre as nossas dificuldades.

Sendo o ingresso na força de trabalho um momento crucial, com sérios reflexos sobre a carreira, a obra em tela, pela metodologia e pelo conteúdo substantivo, não pode passar despercebida pelos interessados.

Bibliografia

Gomes, Candido A. C. O ingresso da população na força de trabalho do Brasil. *Boletim Técnico do Senac, 9* (2): 149-65, set./dez. 1983.

Senac. Administração Regional no Estado de São Paulo. Programa Jovem – primeiro emprego; experiência de Bauru. São Paulo, Senac, 1981.

Tórgo, Ofredy Strenge. Projeto Primeiro Emprego. *Boletim Técnico do Senac, 9* (2): 103-11, maio/ago. 1983.